FAO diz que agricultura familiar continua como prioridade em 2015 – Valor Econômico, Agronegócios. 02/01/2015

SÃO PAULO - A Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) afirmou que o Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 teve um profundo impacto na América Latina e no Caribe. Em comunicado, a agência da ONU informou que o setor vai continuar sendo prioridade da agenda regional neste ano.

"É fundamental que os governos da região aproveitem o avanço global na agricultura familiar para continuar reforçando o progresso dos milhões de homens e mulheres que trabalham no setor", diz o texto.

A agência declarou que a agricultura familiar é a chave para a erradicação da fome por toda a área graças à produção de alimentos, à geração de empregos e ao desenvolvimento rural sustentável.

A organização trabalha com os governos para promover o acesso a recursos naturais e de produção, assim como os serviços de assistência técnica e de novos mercados.

A agência da ONU cita alguns exemplos de sucesso na região. A Colômbia reformulou o Programa de Agricultura Familiar com um orçamento de quase US$ 300 milhões. A Argentina criou a Secretaria de Estado para Agricultura Familiar e também um Conselho sobre o assunto. A FAO mencionou avanços ainda no Peru, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai.

Assentamentos de São Paulo irão receber recursos da Conab e BNDES para fortalecer produção e comercialização – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/01/2015

O fortalecimento do associativismo e do cooperativismo trouxe mais um resultado positivo para a reforma agrária no estado de São Paulo: a seleção de 34 organizações de assentados pela Chamada Pública 02/13, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos resultados foram divulgados no último dia 30 de dezembro. Somente em São Paulo os 34 projetos a serem financiados vão receber cerca de R$ 1,3 milhão, permitindo investimentos na compra de equipamentos, veículos e estruturação das associações e cooperativas. A média do número de famílias envolvidas por projeto é de 24.

Trata-se de um número expressivo de entidades selecionadas em São Paulo - o segundo maior quantitativo do país, superado apenas pelas organizações do estado de Minas Gerais, destacando-se várias cooperativas das regiões de Promissão, Andradina, Pontal e Araraquara – municípios com grande concentração de assentamentos da reforma agrária. A região mais próxima da Grande São Paulo também teve três organizações com projetos selecionados.

O Edital previu um montante de R$ 15 milhões para o fomento econômico e social de cooperativas e associações de produtores familiares de todo o país, formalmente constituídas. Outra condição para as organizações era o fornecimento de alimentos para

o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A seleção de muitas entidades de assentados de São Paulo demonstra a maior organização das famílias e a participação nos mercados institucionais, segundo o superintendente do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro. "Esses recursos da Conab e BNDES permitirão investimentos no beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização dos produtos, melhorando ainda mais a atuação das famílias no mercado institucional de alimentos", avalia Monteiro.

No caso das organizações de assentados, o valor máximo de apoio é de R$ 50 mil por organização, respeitado o limite máximo de R$ 2 mil por beneficiário direto do projeto. Cada entidade pode apresentar apenas um projeto para concorrer à chamada pública. Os recursos devem ser aplicados para solucionar dificuldades operacionais das organizações, permitindo expandir suas atividades, melhorar a qualidade dos alimentos e aprimorar as condições de trabalho no meio rural. "Esses investimentos contribuem para estruturar os circuitos locais de produção, favorecendo as cadeias produtivas, por exemplo. Os recursos são essenciais para qualificar as famílias e garantir eficiência na produção e comercialização", afirma o superintendente do Incra/SP, acrescentando que "a implantação dos projetos vai proporcionar não apenas o aumento de renda das famílias assentadas, mas favorecem também a segurança alimentar de toda a população da região", complementa.

Aliados do PMDB são afastados da Agricultura. Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Política. 06/01/2015

Nova titular do ministério, Kátia Abreu faz trocas em secretarias ocupadas por indicados do deputado Eduardo Cunha

Brasília - A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, deu início nesta terça-feira, 6, a uma "faxina" em cargos ocupados por apadrinhados políticos do PMDB na pasta, especialmente os indicados pelo líder do partido na Câmara, Eduardo Cunha (RJ). Sem apoio da legenda para ocupar o cargo, o que ficou explicitado pela ausência de peemedebistas graduados na posse da segunda-feira, a ministra decidiu levar técnicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para ocupar postos estratégicos.

Kátia é presidente licenciada da entidade. Nessas mudanças, a ministra deu prioridade ao comando da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). Algumas medidas que foram tomadas pelo órgão chegaram a ser consideradas benéficas ao frigorífico JBS, dono da marca Friboi - e alvo de críticas da então senadora (leia mais ao lado). O grupo foi o maior doador da campanha eleitoral deste ano, incluindo o comitê à reeleição da presidente Dilma Rousseff, e fez lobby contra a indicação da ministra. A indicação foi tema de conversa entre o empresário Joesley Batista, um dos donos do frigorífico, e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

O novo chefe da secretaria será Décio Coutinho, que é atualmente assessor técnico da CNA. Ele foi o articulador da entidade na elaboração da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), ferramenta criada em parceria com a Agricultura para fazer a

gestão operacional do setor agropecuário e reforçar o controle sanitário do rebanho bovino brasileiro.

Coutinho substitui Rodrigo Figueiredo, que chegou ao cargo em 2013 por indicação de Cunha. Sob a gestão de Figueiredo, a secretaria tomou uma série de decisões que teriam beneficiado o JBS - a empresa nega ter sido favorecida. O secretário nunca rebateu as acusações, apesar de inúmeros pedidos de entrevista feitos pelo Estado.

Em seu discurso de posse, Kátia Abreu afirmou que sua gestão não vai beneficiar nenhuma empresa, sem citar nomes. "Este será o ministério dos produtores rurais, sem nenhuma espécie de divisão ou de segregação. E das empresas, este será o ministério da produção. Mas será, acima de tudo, um ministério do diálogo e dos brasileiros."

Russos. Outra troca promovida por Kátia vista como prejudicial ao PMDB foi na Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Ela nomeou a superintendente de Comércio Exterior da CNA, Tatiana Palermo, para o lugar de Marcelo Junqueira Ferraz, que ascendeu ao posto também por indicação de Cunha.

A nova secretária é nascida na Rússia e naturalizada brasileira. Ela é vista como peça estratégia por Kátia Abreu no momento em que o governo russo abre seu mercado para produtos brasileiros - especialmente carne suína e de frango - em meio à tensão com os Estados Unidos e a União Europeia em razão da anexação de parte da Ucrânia.

No Recife, onde visitou o prefeito Geraldo Julio (PSB) e o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), Cunha se limitou a dizer que os cargos não são dele e que "o problema é do Senado, porque os cargos pertencem ao partido".

Oxfam: Em 2016, 1% mais ricos terão mais dinheiro que o resto do mundo – Site da Carta Capital, Economia. 19/01/2015

Por Redação

ONG britânica divulga dados sobre a desigualdade social no mundo para tentar guiar as discussões do Fórum Econômico Mundial

Um estudo divulgado nesta segunda-feira 19 pela ONG britânica Oxfam afirma que, em 2016, as 37 milhões de pessoas que compõem o 1% mais rico da população mundial terão mais dinheiro do que os outros 99% juntos. O relatório tem o objetivo de influenciar as discussões a serem travadas no Fórum Econômico Mundial (FEM), que reúne os ricos e poderosos no resort suíço de Davos entre 21 e 24 de janeiro.

O estudo da Oxfam é baseado no relatório anual sobre a riqueza mundial que o banco CreditSuisse divulga anualmente desde 2010. Na versão mais recente, divulgada em outubro 2014, o CreditSuisse mostrou que o 1% mais rico (com bens de 800 mil dólares no mínimo) detinha 48,2% da riqueza mundial, enquanto os outros 99% ficavam com os 51,8%. No grupo dos 99%, também há uma significativa desigualdade: quase toda a riqueza está nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto as outras pessoas dividem 5,5% do patrimônio.

No estudo divulgado nesta segunda, a Oxfam extrapolou os dados para o futuro e indica que em 2016 o 1% mais rico terá mais de 50% dos bens e patrimônios existentes no

mundo. "Nós realmente queremos viver em um mundo no qual o 1% tem mais do que nós todos juntos?", questionou WinnieByanyima, diretora-executiva da Oxfam e co-presidente do Fórum Econômico Mundial. Em artigo publicado no site do FEM, Byanyima afirma que o fórum tem em 2015 o duplo desafio de conciliar a desigualdade social e as mudanças climáticas. "Tanto nos países ricos quanto nos pobres, essa desigualdade alimenta o conflito, corroendo as democracias e prejudicando o próprio crescimento", afirma Byanyima.

A diretora da Oxfam lembra que há algum tempo os que se preocupavam com a desigualdade eram acusados de ter "inveja", mas que apenas em 2014 algumas personalidades como o papa Francisco, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, manifestaram preocupação com a desigualdade social. "O crescente consenso: se não controlada, a desigualdade econômica vai fazer regredir a luta contra a pobreza e ameaçará a estabilidade global", afirma.

A Oxfam mostra que a riqueza do 1% é derivada de atividades em poucos setores, sendo os de finanças e seguros os principais e os de serviços médicos e indústria farmacêutica dois com grande crescimento em 2013 e 2014. A Oxfam lembra que as companhias mais ricas do mundo usam seu dinheiro, entre outras coisas, para influenciar os governos por meio de lobbies, favorecendo seus setores. No caso particular dos Estados Unidos, que concentra junto com a Europa a maior parte dos integrantes do 1% mais rico, o lobby é particularmente prolífico, afirma a Oxfam, para mexer no orçamento e nos impostos do país, destinando a poucos recursos que "deveriam ser direcionados em benefícios de toda a população".

Para a Oxfam, a desigualdade social não deve ser tratada como algo inevitável. A ONG lista uma série de medidas para colocar a diferença entre ricos e pobres sob controle, como fazer os governos trabalharem para seus cidadãos e terem a redução da desigualdade como objetivo; a promoção dos direitos e a igualdade econômica das mulheres; o pagamento de salários mínimos e a contenção dos salários de executivos; e o objetivo de o mundo todo ter serviços gratuitos de saúde e educação.

Apoio da CONTAG, FETAGs e STTRs à candidatura de José Graziano da Silva para a Direção Geral da FAO – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 20/01/2015

A CONTAG, Federações e Sindicatos do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais manifestam o seu total apoio à candidatura de José Graziano da Silva para concorrer à reeleição, em junho de 2015, para a Direção Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Apoiamos sua candidatura por considerarmos que sua determinação e liderança permitiu estabelecer uma nova gestão centrada no compromisso com a democracia participativa, capaz de aglutinar forças e estabelecer, em suas instâncias, novos princípios e objetivos, com metas e ações que marcaram um novo momento na vida política da FAO.

Durante o seu mandato, a FAO passou a reconhecer e valorizar a importância socioeconômica e ambiental da agricultura familiar, camponesa e indígena no combate à

erradicação da pobreza e da fome, com a geração de postos de trabalho, renda e, sobretudo, com a produção de alimentos saudáveis para garantir a soberania e a segurança alimentar das nações, especialmente aquelas em via de desenvolvimento.

Apoiamos sua reeleição por conhecermos seu caráter e o seu compromisso com as mudanças internas em curso, necessárias para que a FAO seja, ainda mais, reconhecida, fortalecida e comprometida com seus princípios e objetivos de ajudar os governos e populações mais necessitadas na elaboração e implantação de políticas públicas, capazes de promoverem um desenvolvimento rural sustentável e solidário, para erradicar, definitivamente, a fome e a pobreza no mundo.

A Diretoria da CONTAG

Terra Forte pode financiar agroindústria de chocolate em assentamento na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/01/2015

Uma agroindústria com capacidade para produzir 500 quilos de chocolate e quatro mil quilos de achocolatado em pó, ao dia, pode ser implantada no assentamento Paulo Jackson, no município Ibirapitanga, no território de identidade do Baixo Sul da Bahia. Trata-se de um investimento do Programa Terra Forte da ordem de R$ 6,7 milhões.

A iniciativa deve atender 990 famílias assentadas, produtoras de cacau, de 23 assentamentos, localizados em 13 municípios no Sul e Baixo Sul do estado. A expectativa é de que em fevereiro os agentes do Programa Terra Forte realizem um processo de análise qualitativa do projeto, para aprovar e ser contratado.

Para isso, a associação do assentamento já deu entrada com requisição para se tornar uma cooperativa. "A expectativa é de que em um ano, após o início das obras, a agroindústria esteja pronta", explica o agrônomo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Julio César Campos, que foi um dos autores do projeto.

Campos conta que os recursos serão aplicados na construção da estrutura física da agroindústria, na aquisição de máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e veículos. Além disso, o projeto prevê capacitação para os trabalhadores cooperados e, ainda, um ano de assistência técnica. "A intenção é de que com uma assessoria técnica dirigida ocorra uma melhora na produtividade cacaueira e a ampliação de lavouras", acrescenta o agrônomo.

Os assentamentos a serem contemplados pela agroindústria do chocolate do Paulo Jackson somam dois mil hectares de áreas plantadas com lavouras cacaueiras.

Terra Forte

O Programa Terra Forte é uma iniciativa conjunta do Governo Federal em parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e com a Fundação Banco do Brasil. Lançado em fevereiro de 2013, o programa tem como objetivo estimular a implantação e a modernização de agroindústrias em assentamentos da reforma agrária.

A crise hídrica na agricultura. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 23/01/2015

A situação só ficou assim em São Paulo por que inatingíveis governadores do Estado não fizeram nada. O que resta aos agricultores paulistas?

Não conheço completamente a história da cidade de Piedade, no interior de São Paulo. Sei um pouco mais de Socorro, onde a Mantiqueira deixa o Estado e adentra Minas Gerais. Em passado não muito distante, lá plantei café.

Hoje em dia, no entanto, uma coisa é certa: as duas têm sérios motivos para clamarem piedade e socorro aos governo e partido, que há vinte anos administram o estado de São Paulo.

Atibaia, distante 70 km da capital, no momento, não deveria estar incluída nos clamores da salvação. Apesar das controvérsias em relação à origem tupi de seu nome, sua etimologia sempre passa por rios e águas.

As três cidades fizeram parte deAndanças Capitais nesta semana.

Nelas, moram perto de 250 mil pessoas. Somem-se os muitos turistas que para lá acorrem, devido à proximidade com a Capital.

Em comum, as três apresentam grande potencial hidrográfico. Socorro, inclusive, faz parte do Circuito das Águas (?). Também, e talvez por isso, lá se desenvolveu uma agricultura equivocadamente denominada pequena, mas grandiosa ao encher nosso pandulho e dar prazer ao paladar.

Hortifruticultura, no falar dos técnicos e barões do agronegócio; cachaças de cana a metro quadrado, adequadas às fossas do setor sucroalcooleiro; flores para os enamorados se presentearem.

Enfim, 60% da economia da região ocupa-se da agricultura, que seculares gerações nos ensinaram precisar de água para dar certo.

Em entrevista para o Valor Econômico, de 22/01, o novo secretário estadual da Agricultura, Arnaldo Jardim, afirmou que o governo irá restringir o uso de água na irrigação. Diz a matéria: "a medida deve afetar produtores responsáveis por 50% do abastecimento de hortifrútis do Estado".

Ficou fácil imaginar a quem se dirigirão os olhares de William e Renata, no Jornal Nacional, TV Globo, como os novos "vilões da inflação".

Vai mais longe o Secretário: "sistemas de irrigação serão desativados, como é o caso dos pivôs centrais, que usam muita água para pouco efeito na produtividade (...) não há mais espaço para esse tipo de tecnologia defasada".

Sábio o doutor (curioso, lembro-me que ele pertenceu ao velho Partidão). Com ele não concordam os senhores MassashiKomakura, Ítalo Deluomine e KiharaOki, donos de pequenos pivôs e produtores de hortaliças e flores, com quem conversei.

Difícil, na escrita, dar a entoação exata de suas vozes diante da situação. Mas, por exemplo, levando-as à malandragem carioca seria mais ou menos assim: "Qual é

mermão? Manda o Jardim vir aqui medir o tamanho do meu pepino com e sem irrigação. E onde enfio o velho pivô? No microaspersordele?".

Deixem uma pra mim. Pergunto: hidroponia é técnica ultrapassada?

Fato é que as restrições foram anunciadas no Valor como futuras, e Geraldo Alckmin as publicou no Diário Oficial no mesmo dia. Serão desfeitas 3.000 autorizações de captação.

O governo estadual fala em priorizar o consumo humano. Humanistas, pois, desculpando-me pela redundância. Não deixará morrerem de sede cidadãos para alimentar vegetarianos ou sensitivos que adoram flores.

Justificados, pois? Coisa nenhuma! A situação só ficou assim por que sucessivos e inatingíveis governadores do Estado não fizeram blicas, enquanto folhas e telas cotidianas se dedicavam exclusivamente, a bombardear os Poderes Federais.

Foram 20 anos de inércia sobre o abastecimento de água, com semiprivatizações deslocadas e irresponsáveis. Já em 2003, estudos prenunciavam graves riscos, a partir de 2010, caso não fossem realizados novos investimentos pela SABESP.

Somente agora, crise irremediável, governo e mídia abrem ouvidos e microfones a importantes especialistas do assunto.

O que resta aos agricultores paulistas? Ouvirem o mesmo que toda a população ouviu nos últimos meses do governador Geraldo Alckmin e continua ouvindo do presidente da Sabesp, Jerson Kelman: "não há racionamento, o que existe é distribuição em quantidades medidas em rações".

Comédia, não fosse trágico.

Classe média rural

Dilma pediu a Kátia ampliá-la. Na próxima coluna, se eu não mudar de ideia.

Empresários rurais pretendem impor Banco de Horas sob ameaça de retirar os direitos e benefícios adquiridos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/01/2015

Dia 19 de janeiro, os trabalhadores rurais do Vale do São Francisco, representados pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e suas respectivas Federações nos estados da Bahia e de Pernambuco, como também os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios do Vale do São Francisco, tiveram uma reunião com a patronal durante a negociação coletiva para o ano de 2015.

Para surpresa dos trabalhadores, os empresários apresentaram uma proposta que ameaçava suprimir vários benefícios adquiridos ao longo dos anos de negociação, se estes não aceitassem a implementação do sistema de Banco de Horas*.

A Rel conversou com os dirigentes rurais José Manoel dos Santos e Francisco Pascual, respectivamente, secretário dos Assalariados Rurais do Sindicato dos Trabalhadores de Juazeiro, no estado da Bahia, e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Petrolina, em Pernambuco, para conhecer os pormenores de uma situação que se derivou – portanto – na suspensão das negociações.

“Fomos pegos de surpresa negativamente com a oferta da patronal que está nos impondo o Banco de Horas, sob a ameaça de nos retirar uma série de benefícios sociais que constam na convenção coletiva de trabalho”, disse José Manuel dos Santos.

Segundo informaram os dirigentes, os benefícios que a patronal pretende retirar são, entre outros, a licença para os trabalhadores que estudam, quando eles têm provas no horário de trabalho, e os dias livres no caso de o trabalhador ter algum familiar direto internado ou em tratamento médico.

Por outro lado, também não houve avanços nas reivindicações antigas como no caso do benefício da cesta básica e de alimentação de qualidade nos locais de trabalho.

“Neste contexto pedimos a suspensão do processo negociador para consultar com os trabalhadores nas bases sindicais e começar a traçar um plano de luta para resolver esta situação”, destacou o dirigente baiano.

Por outro lado, Francisco Pascual destacou a importância das reivindicações relacionadas com a alimentação dos trabalhadores e que não foram atendidas. “Não só a patronal não atendeu as reivindicações, como ainda pretende retirar outros benefícios sociais”, disse.

“Há anos estamos lutando para as empresas proporcionarem aos trabalhadores uma cesta básica de alimentos e criarem refeitórios, já que em época de safra os operários enfrentam longas jornadas, tendo que se levantar às três da manhã para poder preparar a marmita, que em muitas ocasiões estragam, e retornar às suas casas depois das 22 horas. E agora querem nos retirar conquistas já estabelecidas pela convenção. É, no mínimo, um absurdo”, destacou.

“Estas empresas, além de tudo, formam parte de um dos setores mais produtivos da região, com exportações que geram imensos lucros, portanto não dá para entender essa recusa aos direitos básicos dos trabalhadores a não ser visando a aumentar o lucro”, manifestou.

A CONTAG está coordenando nacional e internacionalmente os próximos passos que serão dados nessa negociação.

Carlos Eduardo Chaves, assessor da CONTAG, disse que esta foi a pior proposta patronal dos últimos 11 anos.

“Há uma política linear de endurecimento nas negociações no setor rural por parte da Confederaçao da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representada pelos empresários rurais”, assinalou.

“Não podemos afirmar com certeza que se deva a uma nova postura nacional que parte da CNA, mas já há uns dois anos que as negociações no setor foram endurecendo, e cada vez são menores os benefícios oferecidos”.

José Manuel dos Santos finalizou dando ênfase ao fato de os trabalhadores não descartarem a possibilidade de uma greve por tempo indeterminado se a patronal não revir a sua proposta".

Estamos dispostos a defender os nossos direitos, não vamos permitir que haja um retrocesso em relação a eles. Assegurar, garantir e avançar na conquista dos direitos trabalhistas é o nosso principal lema. Contamos com o apoio solidário da Rel-UITA, que neste momento é muito importante".

Chaves informou também que existe a possibilidade de retomar as negociações na próxima quinta-feira, e por isso vários diretores da CONTAG viajarão para o Vale do São Francisco visando apoiar as medidas a serem tomadas pelos trabalhadores.

Nota:

*No denominado sistema de banco de horas, o trabalhador realiza horas extras, pelas quais não recebe remuneração. Essas horas serão acumuladas e quando a produção estiver baixa ou a empresa considerar necessário, eles são "recompensados".

Em 2014, quase 1,6 mil trabalhadores estavam em condição escrava – Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2015

No ano passado, 1.590 trabalhadores foram resgatados de situação análoga à escravidão, resultado de 248 ações fiscais realizadas pelo governo, divulgou nesta quarta-feira pelo Ministério do Trabalho. Minas Gerais foi o Estado recordista, onde fiscais identificaram 354 trabalhadores em situação semelhante à de escravos. Em Goiás foram resgatados 141 trabalhadores e em São Paulo, 139.

A atividade com maior número de trabalhadores nessas condições foi a construção civil, com 437 resgatados no ano passado. Na agricultura, foram encontrados 344 trabalhadores nessas condições. Também foram resgatados trabalhadores na atividade pecuária, de extração vegetal e carvoaria.

De acordo com o Código Penal brasileiro, trabalho análogo ao de escravo acontece quando as seguintes situações são detectadas, isoladamente ou juntas: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida.

O trabalho foi conduzido pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho, em parceria com o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Mobilizações no Tocantins fazem memória ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo – Site da Comissão Pastoral de Terra (CPT). 29/01/2015

Para celebrar o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, cerca de 35 agentes de saúde do município de Nova Olinda (TO) organizaram uma passeata na última quarta-feira (28).

(Campanha Nacional da CPT de combate ao Trabalho Escravo)

A caminhada de 1km percorreu as ruas da região central da cidade. Os/as agentes de saúde entregaram panfletos e levantaram faixas que alertam sobre a existência de trabalho escravo ainda nos dias atuais. Um carro de som acompanhou o grupo e reproduzirá mensagens referentes ao assunto. Para saber mais detalhes de como foi a ação, assista ao vídeo aqui.

Outra ação será realizada pelo grupo de jovens do Centro Cultural Casa da Capoeira, acompanhado desde 2012 pela Campanha da Comissão Pastoral da Terra "De Olho Aberto para não virar escravo". Os jovens promoverão um "panfletaço" nas ruas de Araguaína, a segunda maior cidade do Tocantins, na manhã de sábado (31). Cerca de 20 jovens participarão da atividade.

Em 2014, o Tocantins voltou ao 1º lugar no ranking nacional em casos de trabalho escravo relatados: foram 25. Figurou, também, como o estado número 1 em trabalhadores libertados: 188. De 2003 a 2014, 76 municípios tocantinenses – mais da metade! – tiveram registro de trabalho escravo.

O dia 28 de janeiro foi oficializado como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo como uma forma de homenagear e fazer memória aos auditores fiscais do trabalho Nelson José da Silva, João Batista Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e o motorista Aílton Pereira de Oliveira, assassinados nesta data em 2004, durante fiscalização na zona rural de Unaí (MG).

O empobrecimento do trabalho rural no País. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 30/01/2015

A grande massa nordestina ocupada em lavouras tem as menores taxas de produtividade, renda do trabalho, e maior proporção nos plantios de subsistência do país.

A minha quase dilacerada edição deCasa-Grande e Senzala (Livraria José Olympio Editora, 1983) é comemorativa dos 50 anos da obra do recifense Gilberto Freyre (1900-1987). No mesmo estado estão Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e Formação do Brasil Contemporâneo (1942), de Caio Prado Júnior.

São obras seminais a que se seguiram, entre 1950 e 1970, estudos, ensaios e livros importantes de Celso Furtado (1920-2004) e outros autores. Consenso: a organização econômica, política e social do País privilegiou um patriarcado e fez refém da miséria ou expulsou do campo enorme contingente de trabalhadores rurais.

Segundo o IBGE, em meio século (1960/2010), a participação rural na população brasileira caiu de 55% para 16% e, entre 1986 e 2006, o pessoal ocupado na lavoura reduziu 30%, para 16,5 milhões.

Até certo ponto, essa foi uma tendência lógica causada por alterações na dinâmica capitalista mundial. No Brasil, teve início com as crises dos ciclos monocultores agrícolas e a aceleração industrial, e explodiu, na década de 1980, com a globalização comercial e financeira da economia.

A razão seminal, no entanto, não se esgota na soberba literatura aqui citada. Até hoje brotam sementes de pauperização do trabalho rural em todo o País, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Dilma chama Kátia e pede-lhe para em quatro anos "dobrar o tamanho da classe média rural brasileira". Imagino a ministra puxando da memória sua militância ruralista: "Será promover a ascensão da classe D para a C de 800 mil produtores", diz em entrevistas às folhas e telas cotidianas.

Desconheço se pesquisou o livro de Marcelo Neri, Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo (Editora FGV, 2012). Deixo a exatidão numérica para outra coluna e, enquanto elas vão à luta, nós vamos à lupa.

Expressiva nos últimos 20 anos, a modernização tecnológica da agropecuária serviu aos grandes produtores, deixando os demais no limbo do trabalho mal remunerado e da produção própria precária. Divisão que se originou nas formas de cessão de crédito e planos de ocupação agrícola nas novas fronteiras. Terras e financiamentos dirigidos para médios e grandes produtores.

O nirvana econômico e financeiro não foi imediato. Pelo contrário, trabalharam muito e, até meados dos anos 2000, penaram a gangorra de ciclos apertados. O alívio é recente, pelos aumentos de demanda e preços mundiais das commodities.

Entre um apertozinho aqui e uma empurradinha de dívidas ali, expandiram áreas, mecanizaram o manejo, investiram em tecnologia moderna. Produtividade, enfim.

Isso não foi suficiente para evitar a permanência de cruéis assimetrias.

Claro que nos últimos anos o Estado avançou em alguns pontos, mas há muito a caminhar no setor agrário. Nem tudo, porém, é consensual, respeitado ou posto em prática.

A Constituição de 1988, que instituiu a formalização do trabalho rural e equiparou-o em direitos ao urbano, vive contestada por um patronato que insiste em manter costumes do século 19.

Mesmo ações que amenizaram o fosso até a pobreza extrema são refutadas. Poder de compra do salário mínimo, emprego com carteira assinada, recursos à agricultura familiar, programas assistenciais, soam como agressões à economia dos "bem equilibrados".

Dobrar a classe média rural significa o governo voltar-se às regiões Norte e Nordeste. Atenção, pois, partidos de oposição e folhas e telas da neutralidade, já de olho em 2018.

Em 2012, estavam no Nordeste 44% da população brasileira ocupada em lavouras (6,1 milhões). Os 800 mil anunciados não darão para o cheiro de um rim de bode mal preparado.

Haverá que se dar magnitude aos aparatos educacionais, técnicos e mercadológicos. Adequar os cultivos às vocações e aos limites edafoclimáticos regionais. "Ser massa", na fala dos jovens.

Comparativos médios apenas generalizam estrume menos fedido no nariz de campesinos. Sim, nos anos 1990, a renda média do trabalhador rural cresceu apenas 4%, enquanto entre 2001 e 2012 o aumento foi de 51%.

Notinha: nos idos de 1990, governo e sociedade olhavam o rural como quermesse de interior; no "estupendo" período seguinte, considere-se a produção de grãos e o melhor período da cana-de-açúcar.

Sei que algum "Pacheco" comentará que, embora menos, a renda também cresceu no Nordeste. Verdade. Nada, porém, que tivesse sido injetado na veia do pequeno agricultor, mas sim na caridade tópica de seus braços.

Dos 50 municípios brasileiros com maior valor de produção agrícola, em 2012, apenas oito estão no Nordeste.

São Desidério, na Bahia, foi primeiro lugar. Como lá, em outros seis, se cultiva soja, milho e algodão em grandes extensões de terra. O oitavo, Petrolina (PE), é polo de fruticultura irrigada de alto valor agregado.

Ajudam na média, mas a grande massa nordestina ocupada em lavouras tem as menores taxas de produtividade, renda do trabalho, e maior proporção nos plantios de subsistência do País.

Média dá nisso. Heterogeneidade dá no que deveremos seguir.